

Pernambuco retira obrigatoriedade de máscaras em ambientes fechados



O governador Paulo Câmara anunciou, em pronunciamento divulgado nesta terça-feira (19.04), a retirada da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados a partir desta quarta-feira (20.04). A diminuição dos números da Covid-19 no Estado permitiu mais esta flexibilização no Plano de Convivência.

De acordo com o governador, a semana epidemiológica 15, encerrada no último sábado (16.04), confirmou todos os indicadores da pandemia em queda. “Também na semana passada atingimos o patamar de 80% da população vacinada com duas doses ou dose única, e mais de 80% dos maiores de 60 anos de idade havia tomado a dose de reforço. Esses números nos dão condições de avançar mais um passo no nosso Plano de Convivência com a Covid”, explicou Paulo Câmara.

O uso obrigatório da máscara será mantido nos transportes coletivos, escolas e unidades de saúde no Estado. “Vamos continuar

Caixa paga Auxílio Brasil a beneficiários com NIS final 3 Valor mínimo para cada família é R\$ 400

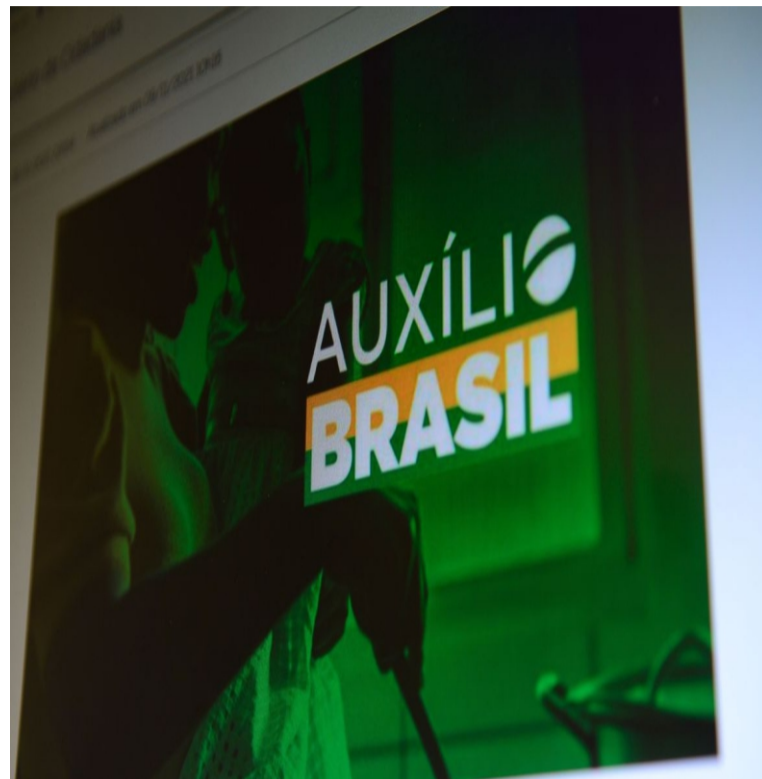
A Caixa Econômica Federal paga hoje (19) a parcela de abril do Auxílio Brasil aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3. O valor mínimo do benefício é R\$ 400. As datas seguirão o modelo do Bolsa Família, que pagava nos dez últimos dias úteis do mês.

O beneficiário poderá consultar informações sobre datas de pagamento, valor do benefício e composição das parcelas em dois aplicativos: Auxílio Brasil, desenvolvido para o programa social, e Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Atualmente, 17,5 milhões de famílias são atendidas pelo programa. No início do ano, 3 milhões foram incluídas.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também é pago hoje às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 3. O benefício segue o calendário regular de



pagamentos do Auxílio Brasil.

Com duração prevista de cinco anos, o programa beneficiará 5,5 milhões de famílias, até o fim de 2026, com o pagamento de 50% do preço médio do botijão de 13 quilos, conforme valor calculado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Neste mês, o benefício corresponde a R\$ 51.

Pago a cada dois meses, o Auxílio Gás tem orçamento de R\$ 1,9 bilhão para este ano. Só pode fazer parte do programa quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como vítimas de violência doméstica.

Benefícios básicos

O Auxílio Brasil tem três benefícios básicos e seis

suplementares, que podem ser adicionados caso o beneficiário consiga emprego ou tenha filho que se destaque em competições esportivas, científicas ou acadêmicas.

Podem receber o benefício as famílias com renda per capita até R\$ 100, consideradas em situação de extrema pobreza, até R\$ 200, em condição de pobreza.

A Agência Brasil elaborou guia de perguntas e respostas sobre o Auxílio Brasil. Entre as dúvidas que o beneficiário pode tirar estão critérios para integrar o programa social e detalhamento dos nove tipos de benefícios.

Edição: Graça Adjuto
Fonte: Agência Brasil

Balança tem superávit de US\$ 17,28 bilhões no ano, até terceira semana de abril

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 17,28 bilhões no acumulado do ano, até a terceira semana de abril, com crescimento de 7,7% sobre o período de janeiro a abril do ano passado, pela média diária. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) subiu 22,6%, atingindo US\$ 158,41 bilhões, com US\$ 87,85 bilhões em exportações (+20,9%) e US\$ 70,57 bilhões em importações (+24,7%).

Segundo dados divulgados nesta segunda-feira (18/04) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o superávit no mês é de US\$ 5,48 bilhões, com crescimento de 10,1% sobre abril de 2021, e a corrente de comércio aumentou 21,7%, alcançando US\$ 25,65 bilhões. As exportações em abril, até a terceira semana, somaram US\$ 15,56 bilhões, em alta de 19,5%, e as importações cresceram 25,3% e totalizaram US\$ 10,08 bilhões.

Apenas na terceira semana de abril, o saldo ficou positivo em US\$ 1,93 bilhão,



com US\$ 6,590 bilhões de exportações e US\$ 4,657 bilhões em importações, gerando uma corrente de comércio de US\$ 11,247 bilhões.

Confira os principais resultados da balança comercial

Exportações no mês
No acumulado do mês, as exportações da agropecuária diminuíram 2,8%, ficando em US\$ 3,74 bilhões. Houve crescimento, no entanto, nas vendas da indústria extrativa (+12,5%), que chegaram a US\$ 3,74 bilhões. Já a indústria de transformação alcançou US\$ 8,01 bilhões, em alta de 38,6%, pela média diária, sobre abril de 2021.

Na agropecuária, apesar do recuo no valor total, cresceram

as exportações de trigo e centeio, não moídos (+529.913,7%); milho não moído, exceto milho doce (+381,1%); e café não torrado (+42,5%).

A indústria extrativa ampliou as exportações, principalmente, de outros minerais em bruto (+24,3%); minérios de níquel e seus concentrados (+289,3%); e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+68,7%).

Já a indústria de transformação vendeu mais carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+85%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (+58,7%); e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+112,6%).

Importações do mês

Do lado das importações, a Secex registrou aumento de 25,4% na agropecuária, que somou US\$ 240 milhões. Já a indústria extrativa diminuiu as compras em 8%, ficando em US\$ 435,48 milhões, enquanto a indústria de transformação somou US\$ 9,32 bilhões,

Comissão vai ampliar a participação indígena no processo eleitoral

Portaria do TSE é publicada na data em que se comemora o Dia do Índio

No Dia do Índio, celebrado nesta terça-feira (19), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou a Portaria TSE nº 367/2022, que institui a Comissão de Promoção da Participação Indígena no Processo Eleitoral. A comissão elaborará estudos e projetos para promover e ampliar a presença desses povos nas diversas fases das eleições. Coordenado pela assessora do Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE, Samara Pataxó, na prática o colegiado vai planejar ações com objetivo de fortalecer o exercício da capacidade eleitoral dos indígenas, respeitando os respectivos costumes, linguagens e organização social.

Samara ressalta que a comissão, composta por outros indígenas, também deverá atuar em atividades que promovam o enfrentamento da sub-representatividade indígena na política, de forma a auxiliar a Justiça Eleitoral no compromisso de ampliar o exercício da cidadania dos povos originários brasileiros.



“A nível institucional, o TSE já tem se esforçado nesse sentido, não só com relação aos povos indígenas, mas a outros grupos sub-representados. Mas precisamos enriquecer ainda mais esse debate dentro da estrutura da Justiça Eleitoral. Esses pequenos avanços são significativos e têm de ser celebrados, pois apontam

para um futuro melhor visando uma maior participação indígena no processo eleitoral”, disse Samara.

Inclusão e diversidade

Essa não é a primeira iniciativa do TSE este ano com foco em minorias. Já sob a presidência do ministro Edson Fachin, que assumiu a Corte Eleitoral em fevereiro, foi criado o Núcleo de Inclusão e

Diversidade do Tribunal. A função do grupo é fortalecer a atuação da Corte em temas relacionados ao aumento da participação política de públicos variados, com foco nas mulheres, nos negros, na população LGBTQIA+ e nos povos originários.

Samara Pataxó disse que espaços para discussão do tema são uma forma de retomar o

debate plural sobre a participação dessas pessoas na democracia do país, uma vez que, segundo ela, os povos indígenas do Brasil somente conquistaram a cidadania plena, no sentido normativo, após a Constituição Federal de 1988. “Antes disso, a condição de ser indígena era muito limitada e éramos tidos como relativamente incapazes na vida civil, o que implicava também o exercício dos direitos políticos. Desde então, o indígena se tornou um cidadão pleno, votando, se candidatando e exercendo seus direitos e deveres”, lembra.

Números

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de indígenas no país é de mais de 857 mil pessoas, sendo 305 povos e 274 línguas diferentes. Nas eleições gerais de 2018, 133 indígenas se candidataram aos cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual e distrital. No pleito municipal de 2020, 2.216 candidatos indígenas concorreram às prefeituras e às câmaras de vereadores do Brasil.

Edição: Fernando Fraga

Fonte: Agência Brasil

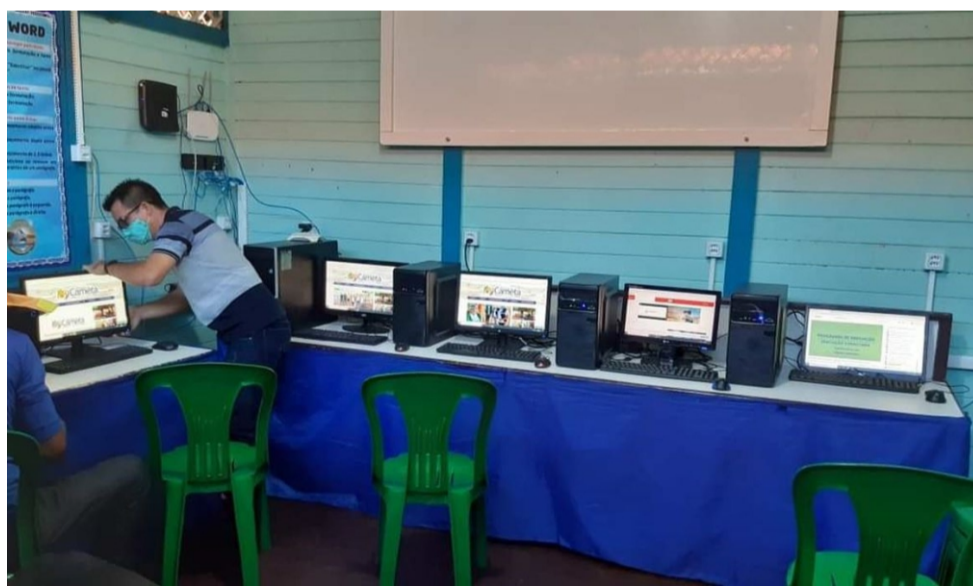
Câmara avança na proposta de internet gratuita para estudantes

Plenário vota hoje destaques à matéria aprovada na noite de ontem

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem (18) o texto base da proposta que cria o Programa Internet Brasil. A iniciativa - apresentada por meio de um substitutivo à Medida Provisória 1077/21 - prevê o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos estudantes da educação básica da rede pública de ensino de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Hoje (19), os deputados devem votar os destaques à matéria.

Segundo o relator do



substitutivo, deputado Sidney Leite (PSD-AM), a ideia é alcançar os estudantes do CadÚnico matriculados também nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas e nas escolas especiais sem fins lucrativos, que atuam exclusivamente nessa modalidade. O acesso gratuito à internet poderá ser concedido a mais de um

estudante por família. Serão distribuídos chips, pacote de dados ou dispositivo de acesso aos estudantes, principalmente celulares.

Outorgas

O substitutivo de Sidney Leite também incluiu no texto um “jabuti”, ou seja, um assunto estranho ao texto original da MP. O trecho diz respeito à renovação de outorgas de radiodifusão.

Segundo o relator, o Ministério das Comunicações deverá reconhecer pedidos apresentados fora do prazo para a renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão, desde que encaminhados ou protocolados até a data de publicação da lei de conversão da MP.

Depois de ter a votação concluída na Câmara, a matéria seguirá para o Senado.

Edição: Fernando Fraga

Fonte: Agência Brasil

Para conferir as assinaturas acesse <https://verificador.it.gov.br>

**PUBLIQUE SEU
BALANÇO
PATRIMONIAL
COM O DIÁRIO DA MANHÃ**

permanença em dia com a legislação por um preço que cabe no seu orçamento

o Jornal digital tem o maior alcance
aterido pelo ICP-Brasil.

solicite seu orçamento: (81) 3224-6967 / (81) 3424-6967 / (81) 3424-6989 / (81) 99894-9401

(81) 98243-1429

e-mail: orcamento1927@gmail.com

Conheça as ações do MEC para a melhoria da educação indígena no Brasil

Educação básica registra quase 300 mil matrículas nas escolas indígenas

É comemorado nesta terça-feira (19) o dia do Índio, data que objetiva dar foco à valorização e preservação da memória dos povos indígenas. Neste âmbito, o Ministério da Educação (MEC) atua por meio da Secretaria de Modalidades Especiais (Semesp), promovendo o desenvolvimento e fomento de conteúdos, programas de formação de professores e materiais didáticos e pedagógicos específicos, assim como coordena programas que visam melhorar a infraestrutura das escolas indígenas e a formação inicial e continuada de professores indígenas.

Os dados da educação básica mostram que o Brasil possui hoje cerca de 300 mil matrículas nas quase 3,5 mil escolas indígenas e mais de 23 mil docentes. O ensino dessas escolas segue o que é previsto na resolução nº 5, de 22 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Educação. Essa resolução traz as orientações para que os estados, responsáveis pelos sistemas de ensino e pela Educação Escolar Indígena (EEI), organizem essa modalidade e proporcionem uma educação de qualidade aos povos indígenas. O ensino deve seguir as normas educacionais vigentes, além de ocorrer em terras



habitadas por comunidades indígenas, ter sua organização escolar própria, cuidados para a manutenção de costumes e culturas dos povos.

Na educação superior, o MEC promove o Programa Bolsa Permanência, um auxílio financeiro de R\$ 900 mensais que tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas, matriculados em cursos presenciais ofertados por instituições e institutos federais de ensino superior. Só este ano foram liberadas 2 mil bolsas, com previsão de mais mil para julho, totalizando 3 mil bolsas durante o ano de 2022.

Na reunião de anúncio das mil vagas para julho, o ministro da Educação, Victor Godoy, recebeu professores e líderes dos povos Tuxá, Kaimbé, Truká Tupã, Pataxó Hãhãhãe e Kiriri, reforçando o compromisso do Ministério com a população indígena: "O Governo Federal está ciente das demandas indígenas e hoje estabelecemos um importante diálogo com algumas de suas lideranças. Essas ações anunciadas serão fundamentais para transformar suas vidas e apoiar ainda mais a participação dos indígenas no ensino superior.", afirmou o ministro.

Outra ação em destaque é o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), que em 2020 disponibilizou cerca de R\$ 6,1 milhões para a conclusão do curso de 322 estudantes. Em 2021, foram atendidos 172 estudantes com a liberação de cerca de R\$ 2 milhões. Em toda sua trajetória, desde seu início até os dias atuais, o Prolind já formou aproximadamente 1.092 professores.

Ainda no âmbito da formação, o MEC destinou em 2020 cerca de R\$ 10 milhões para a formação continuada de quase 4 mil professores indígenas por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola. Neste ano, o curso receberá cerca de R\$ 6,5 milhões para a formação de quase 2,2 mil professores.

No campo da infraestrutura, o MEC vem incrementando os valores destinados às escolas indígenas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tanto na ação para água e saneamento básico quanto na ação Campo – pequenas reformas e benfeitorias. Nessas ações, o investimento foi de cerca de R\$ 500 mil para 23 escolas em 2019, R\$ 2,3 milhões para 76 escolas em 2020 e R\$ 19 milhões para 680 escolas em 2021.

Uma ação importante a ser implantada pelo MEC é o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI). É um planejamento intergovernamental da EEI, que marca o compromisso da União, dos estados, dos municípios e dos Conselhos de Educação em apoiar e implementar as 25 propostas formuladas na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI), realizada em 2018, para fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, a participação social, a transparência das ações e a gestão por resultados – um instrumento de monitoramento e avaliação da EEI. A previsão é de que o lançamento ocorra ainda no 1º semestre deste ano.

MEC e Microsoft firmam acordo para recuperar aprendizagem de mais de 38 milhões de estudantes

Acordo de Cooperação Técnica trará fortalecimento da disponibilização das soluções da Microsoft para cerca de 138 mil escolas públicas

O Ministro de Estado da Educação, Victor Godoy, em uma solenidade realizada no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou, na quarta-feira (12), a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação (MEC) e a Microsoft, para disponibilização gratuita da solução Office 365 Educacional A1 (versão nuvem) para toda a educação pública brasileira, seja para a rede de ensino federal, estadual, distrital ou municipal.

A partir do Acordo firmado, gera-se um compromisso, entre o MEC e a Microsoft, de fomento e apoio às redes na consolidação dessas soluções para as instituições de ensino que desejarem. Com a medida, cerca de 138 mil escolas públicas e seus mais de 38 milhões de estudantes serão beneficiados.

Ainda no início de maio, o MEC pretende disponibilizar a primeira versão da plataforma a qual contemplará a solução Office



365 Educacional A1, bem como outras soluções de mercado de grandes provedores de tecnologia. Trata-se da primeira parceria celebrada pelo MEC para consolidação do Ecossistema de Inovação e Soluções Digitais Educacionais, que está sendo conduzida pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Além de trabalhar pela recuperação das aprendizagens, os Acordos e ações derivadas têm como intuito aproximar a rede

educacional – pública e privada – de provedores de tecnologia com soluções diversas para diferentes propósitos, cuja implantação potencializará o processo de inclusão e qualidade digital nas escolas e instituições, além de equalizar o acesso aos serviços digitais para educação. O projeto contemplará múltiplas ações e recursos, dando amplo conhecimento às redes, em um modelo de vitrine de oportunidades, contando com parcerias diversas e diferentes

regimes e possibilidades de utilização das soluções.

Buscando estabelecer um modelo simplificado, porém, com a governança necessária, será disponibilizado o processo digital de adesão das instituições interessadas nas soluções e recursos disponíveis em catálogo simplificado e organizado do MEC. A partir do termo de parceria firmada e a simples adesão, não haverá necessidade de novos trâmites jurídicos ou administrativos para sua disponibilização e implantação, considerando as soluções de pronto uso.

Outros parceiros

O MEC informa que além da Microsoft, pioneira no projeto, também estão sendo ajustados e firmados acordos com Google, Amazon, Oracle, Adobe, entre outras empresas de tecnologia. Novos interessados em participar da iniciativa podem procurar o MEC, por meio da Subsecretaria de Tecnologia, para análise de viabilidade e consolidação de novas oportunidades, entrando em contato pelo e-mail: stic-gab@mec.gov.br

Primeiros profissionais do Médicos pelo Brasil assinam contrato para reforçar atendimento no SUS em todo Brasil

Médicos convocados desembarcam em municípios de todas as regiões; programa do Governo Federal disponibiliza 4,6 mil vagas

Se primeiros profissionais convocados pelo programa Médicos pelo Brasil assinaram o contrato de trabalho nesta segunda-feira (18), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Eles serão direcionados para todas as regiões do País e quase 2 mil cidades terão reforço no atendimento pelo SUS, beneficiando milhões de brasileiros. Ao todo, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 783,6 milhões na iniciativa que disponibiliza mais de 4,6 mil vagas em todo Brasil.

Durante o evento, o presidente da república, Jair Bolsonaro, reforçou a importância do programa. "Médicos de verdade, bem remunerados, vão ser espalhados pelo Brasil para bem atender a nossa população", pontuou.

Nesta primeira etapa, 529 profissionais entre médicos e tutores, foram chamados. Ao todo, em abril, serão convocados cerca de 1,7 mil profissionais. Os demais chamamentos vão ocorrer durante todo o período de vigência do edital, sendo a maioria ao longo de 2022. Os primeiros resultados do concurso foram homologados no último dia 5 de abril.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, destacou como a sociedade vai se beneficiar com o programa. "O profissional tem uma estabilidade, é um vínculo CLT, que foi obtido através de uma seleção pública. O profissional que passa por um processo seletivo é uma garantia sobretudo para a sociedade. É garantia de qualidade na ponta para o cidadão brasileiro que procura as unidades básicas de saúde".

O primeiro processo seletivo do Médicos pelo Brasil teve um total de 16.357



inscrições com 8.518

candidatos aprovados. É importante ressaltar que o processo é focado no mérito do candidato e foi estruturado para identificar as competências esperadas para atuação na Atenção Primária à Saúde (APS), a porta de entrada do SUS. Assim, o concurso priorizou o provimento dos lugares mais distantes do País, com maior dificuldade de contratação de médicos, e a busca pela excelência clínica na APS.

Outras mudanças estão no tipo de contratação oferecida pelo programa, na modalidade CLT com todos os direitos trabalhistas, benefícios adicionais para atuação nas áreas mais distantes, plano de carreira e melhores condições salariais, com remunerações de até R\$ 24 mil.

O secretário de atenção primária à saúde, Raphael Câmara, chamou a atenção para a necessidade dos municípios, principalmente os menores e mais vulneráveis. "O lançamento desse programa é um presente para a população brasileira e para os médicos de todo o Brasil que bravamente lutaram e ainda lutam nessa pandemia para", afirmou.

Entre as regiões atendidas, estão 26 Distritos Sanitários Indígenas. Do total de municípios que receberão os profissionais, cerca de 6% serão contemplados com o provimento médico federal pela primeira vez. Para cada convocação é sempre priorizada a necessidade local, a partir da indicação das vagas pelo Ministério da Saúde e pelos gestores municipais, que finalizaram essas confirmações no último dia 8.

Confira o quantitativo de médicos convocados nesta primeira etapa do programa por estado:

UF	CONVOCADOS
AC	1
AL	12
AM	4
BA	68
CE	59
ES	7
GO	25
MA	15
MG	48
MS	3
MT	5
PA	7
PB	26
PE	34
PI	18
PR	30
RJ	19
RN	17
RO	7
RS	33
SC	30
SE	13
SP	41
TO	7
Total	529

Fim da ESPIN: Ministério da Saúde explica quais critérios levaram o Governo Federal a tomar decisão

Entre os critérios estão a melhora do cenário epidemiológico e a alta cobertura vacinal contra a Covid-19

Em entrevista coletiva concedida na manhã desta segunda-feira (18), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou que o Brasil possui as condições necessárias para decretar o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) por conta da Covid-19. Dentre os fundamentos apresentados estão a melhora do cenário epidemiológico, a alta cobertura vacinal e a capacidade de resposta e assistência do Sistema Único de Saúde (SUS).

"O Ministério da Saúde entende, com base nos pareceres das áreas técnicas, que nós não vivemos mais uma emergência de saúde pública nacional. Por isso, vamos editar um ato normativo que trará todos os fundamentos que embasaram a nossa decisão. Esse ato reconhece o que nós já vivemos no Brasil atualmente. Nós temos um cenário epidemiológico equilibrado e a norma precisa ser revisada", disse o ministro.

Decretada em fevereiro de 2020, pela portaria nº 188, a ESPIN foi um ato normativo com uma série de medidas de prevenção, controle e contenção adotadas para o enfrentamento da doença. Queiroga frisou, no entanto, que nenhuma política pública de saúde será interrompida mesmo diante do cenário epidemiológico arrefecido. Atualmente, a média móvel de



óbitos segue em tendência de recuo, com queda de 85% desde o pico da Ômicron.

"Foi criado um ordenamento jurídico próprio em função do decreto de Emergência Sanitária de Importância Nacional. Algumas dessas leis são federais e se expirariam com o reconhecimento do fim da ESPIN, perderiam o efeito. Por isso, é necessário que haja uma transição para que não tenhamos prejuízos da assistência à saúde. Quero frisar que nenhuma política pública de saúde será interrompida", disse.

Durante a coletiva, o secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Medeiros, destacou que a circulação do vírus vem baixando de maneira significativa. "Na média do país, a positividade [de resultado de testes] ficou abaixo de 10%, o que mostra que, efetivamente, a circulação do vírus tem caído de

forma consistente", explicou.

Segundo o Ministério da Saúde, o arrefecimento da pandemia se deve especialmente à ampla Campanha de Vacinação. Até o momento, o Ministério da Saúde distribuiu aos estados cerca de 477 milhões de vacinas contra a Covid-19. Dessas, 109 milhões foram aplicadas. A cobertura vacinal com as duas doses ou dose única ultrapassa 73% da população total. Os dados estão no LocalizaSUS.

Propostas de mudança

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, apresentou ações já feitas pela Pasta para flexibilização de medidas diante da nova realidade do cenário epidemiológico e apresentou propostas enviadas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

São elas:

Manutenção de Autorização de Uso Emergencial de Insumos utilizados no Enfrentamento a COVID-19;

Priorização na análise de solicitações de registro de Insumos utilizados no Enfrentamento a Pandemia;

Manutenção de testagem rápidas nas farmácias.

Saiba mais

SUS mais forte: as ações do Governo Federal em dois anos de combate à pandemia da Covid-19

Nova Ocupação Itaú Cultural é dedicada à cirandeira mais popular do Brasil, Lia de Itamaracá

Cantora de cirandas desde os anos de 1960, ela quebrou os padrões da tradição deste gênero passando do improvisado para a interpretação. Com estilo marcante, mudou a forma de apresentar a ciranda e ainda incluiu em seu repertório outras manifestações populares. Aos 78 anos, tida como a artista que levou essa música para os diversos brasis e o mundo, Lia segue firme em seu trajeto e é homenageada na primeira edição da série Ocupação neste ano

A Ocupação Lia de Itamaracá, com abertura no dia 20 de abril e encerramento em 11 de julho, conta e reverbera a história dessa artista brasileira solar, das águas salgadas e da música popular. Sendo a 55ª edição desta série dedicada a artistas que influenciam novas gerações, a mostra tem curadoria compartilhada pela cantora Alessandra Leão, a jornalista e sua biógrafa Michelle de Assumpção e a equipe do Itaú Cultural, formada pelos Núcleos de Música e de Comunicação.

Ela conta, ainda, com um hotsite com conteúdo exclusivo sobre Lia no site da instituição; temporada de shows, apresentados presencialmente pela cantora e seus convidados no palco da Sala Itaú Cultural, e programação educativa – presencial e virtual –, além de mecanismos de acessibilidade.

“Usamos expressões poéticas para falar de Lia na exposição formada por três eixos chamados sal, som e sol, porque é o que ela é”, conta Michelle. “O que mais impressiona nela é sua determinação e coragem. Desde pequena, cantava tudo o que ouvia chegar em Itamaracá, onde nasceu e sempre viveu. Queria ser cantora famosa”, continua ela. “Por fim, chegou na ciranda como intérprete, quebrou os padrões da tradição da improvisação, e assim seguiu a trajetória dela”, conclui.

“Ouvir Lia cantar é uma alegria”, diz Alessandra. “A voz se transforma, a música se modifica, mas ela, Lia, segue nos conduzindo ao movimento – seja na ciranda, seja no maracatu, no frevo ou no bolero. Lia é o mar inteiro. Ouvir os seus discos é mergulhar em águas profundas.” Esta curadora criou duas playlists, que podem ser conferidas em QR Code no espaço expositivo: Ela é Lia de Itamaracá e Vamos Cirandar, com músicas de cirandeiros diversos.

Amostra



O eixo Sal revela de onde veio a Lia que chegou aos palcos. Ele trata desse território da artista, nascida na Ilha de Itamaracá, em 1944, como Maria Madalena Correia do Nascimento, que, mais tarde adotou o nome artístico Lia de Itamaracá. O espaço expositivo abriga imagens, fotografias, audiovisuais, telas e detalhes da decoração da casa da cirandeira. Ali se encontra, por exemplo, o certificado de que Lia descende do Povo Djoula, da Guiné-Bissau.

A sua música dá o tom no eixo Som. “Mostramos toda a musicalidade que é de Lia e que a perpassa, porque ela vem da tradição de um bem cultural, a ciranda, que é patrimônio imaterial do Brasil”, conta Michelle.

O país conheceu a cantora cirandeira como Rainha da Ciranda, nome de seu primeiro disco, lançado em 1977, e assim seguiu. Versátil e sincrética, em seu trajeto ela cantou no meio dos roqueiros, no Abril Pro Rock, em 1998. Em 2019 lançou o seu quarto disco Ciranda sem fim com produção de DJ Dolores. Neste

trabalho, eleito um dos 25 melhores álbuns brasileiros do segundo semestre daquele ano, pela Associação Paulista de Críticos de Arte, deu um passo além da ciranda mesclando sons tradicionais a outros contemporâneos, sem perder suas referências na origem musical.

O eixo Sol é formado por diversos elementos e conquistas de Lia, que ultrapassou as barreiras do som marcando presença, também, no cinema e na moda. Em 2020, o bloco Ilú Obá de Min abriu o Carnaval de rua em São Paulo com uma homenagem a ela. No ano passado, a cantora se apresentou em show na SP Fashion Week, para uma coleção inspirada em obras do artista pernambucano Francisco Brennand.

Entre 2003 e 2019, ela participou em pontas ou como personagem em pelo menos seis filmes. Um deles, foi o curta-metragem Recife Frio, dirigido pelo pernambucano Kleber Mendonça. Deste diretor, ela também participou de outro filme, o célebre Bacurau, de 2019, no papel de Dona Carmelita, uma espécie de guardiã do lugar. Ainda, ela foi personagem principal do curta-metragem documental Formiga

Come do Que Carrega, do diretor Tide Gugliano. Fez, também, uma participação especial no premiado longa-metragem Sangue azul, sob a direção de Lírio Ferreira, em 2014.

Todo esse percurso a levou a ser considerada Patrimônio Vivo de Pernambuco e a receber um bom número de homenagens, como a Ordem do Mérito Cultural, pelo Ministério da Cultura, e o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal de Pernambuco, pelos serviços prestados à cultura do estado e do Brasil.

Não falta, neste eixo, a representação de marcas registradas da cantora: os seus vestidos, nos quais predomina o azul, acessórios e as unhas pintadas de cor escura com desenhos minúsculos, como bolinhas.

Também se vê ali outros aspectos da vida de Lia, que coloca sua arte a serviço de pautas de movimentos populares, como a sua ligação com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Ainda, encontra-se neste eixo passos de uma artista que circula por outras rodas e territórios da cultura, como quando recebeu e dançou com o povo Fulni-ô, grupo indígena que habita próximo ao rio Ipanema, no município de Águas Belas, em Pernambuco.

Por fim, toda a exposição é permeada por sons que remetem à ciranda e ao mar de Lia. Indiretamente, a mostra homenageia, ainda, outras mulheres: Dona Duda, “mãe” da ciranda, e as irmãs Baracho – Severina (Biu) e Dulce Baracho, filhas de Antônio Baracho da Silva (1907-1988), conhecido como mestre e rei cirandeiro, a quem se atribui a popularização do gênero, também celebrado nesta Ocupação.

Carla Prata estreia como madrinha de bateria da Vai-Vai e brilha em ensaio na quadra da escola

Apresentadora esteve no último ensaio na quadra da tradicional escola do Bixiga na noite de domingo (17)

A apresentadora Carla Prata marcou presença no último ensaio na quadra da Vai-Vai na noite de domingo (17). A apresentadora estreia neste ano como madrinha de bateria da escola. “Estrear no carnaval de São Paulo como Madrinha de Bateria de uma escola de samba tão tradicional como é a Vai-Vai é incrível. Um verdadeiro presente. Ansiosa é pouco. Já não estou conseguindo dormir direito! A responsabilidade de vir à frente da bateria Pegada de Macaco é enlouquecedora. É uma energia essa bateria, essa comunidade é surreal”, afirma.

A Vai-Vai é a maior campeã



do Carnaval de São Paulo com 15 títulos. Além da tradicional escola do Bixiga, na região central, Carla vai desfilhar no Rio de Janeiro como musa da Imperatriz Leopoldinense.

“Acabando desfile em São Paulo, vou direto para o Rio. Cansada vou estar com certeza, mas o prazer depois de dois anos de voltar ao Anhembi e a Sapucaí vale a pena todo esforço e a energia se renova. A Imperatriz faz parte da minha história e não poderia ficar de fora com retorno do maior espetáculo a céu aberto do Rio de Janeiro.”

O look escolhido foi um vestido dourado sensual com pedrarias. A madrinha da bateria da escola fez questão de participar de todos os ensaios na quadra e técnicos.